

CRISTINA PULUCENO DE OLIVEIRA

**SERVIÇO SOCIAL NO SOS CRIANÇA: CONTRIBUIÇÃO PARA O
RESGATE DA SOCIABILIDADE ENTRE VÍTIMA E AGRESSOR
DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA FÍSICA CONTRA CRIANÇAS**

Florianópolis (SC), setembro 2002

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SÓCIO ECONÔMICO
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL

**SERVIÇO SOCIAL NO SOS CRIANÇA: CONTRIBUIÇÃO PARA O
RESGATE DA SOCIABILIDADE ENTRE VÍTIMA E AGRESSOR
DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA FÍSICA CONTRA CRIANÇAS**

Trabalho de conclusão de curso
apresentado ao Departamento de Serviço
Social da Universidade Federal de Santa
Catarina para obtenção do título de
assistente social pela acadêmica Cristina
Puluceno de Oliveira. Orientadora:
Krystyna Matys Costa.

Defendido em:

13.09.02


Prof.^a Krystyna Matys Costa
Chefe do Depto. de Serviço Social
CSE/UFSC

Florianópolis (SC), setembro de 2002

**Dedico este trabalho a minha mãe,
que abriu as portas do meu futuro,
iluminando meu caminho com a
luz mais brilhante que pode
encontrar: o estudo.**

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Jeová, eterno e imortal, invisível, mas real, que me deu vida, proteção, amor, sabedoria e me ungiu de força para que eu alcançasse o fim desta etapa.

Aos meus pais, pelo incentivo constante, o amor, o carinho, a compreensão nos momentos difíceis, o sorriso amigo procurando amenizar minha ansiedade diante dos obstáculos e principalmente pela esperança de um futuro melhor.

A Marta, Carolina e Gabriela, pelo amor e suporte espiritual maior, que para sempre perdurará minha vida me fazendo um ser humano melhor, consciente e digno do amor de Deus.

Aos meus irmãos, René, Gustavo e Renata, que se propuseram a me demonstrar apoio, paciência, amizade e carinho, mesmo com a minha falta de espaço, tempo e atenção.

Aos mais novos membros da minha família Maxuel e Elvio que muita vezes me divertiram, fazendo-me relaxar e esquecer as dificuldades.

A vó Leopoldina, exemplo de mulher que me incentivou, ajudou e nunca deixou de acreditar em mim.

A Maria e Serafim, meus eternos avós amados, que contribuíram muito para minha educação.

A Dani, melhor amiga de todas as horas, que sempre preocupou com os meus obstáculos, chorando, orando e festejando as minhas vitórias.

A Dê, parceira presente do começo ao fim, que se importou, me ajudando material e intelectualmente quando as coisas apertaram. Conseguimos amiga!

A Crida, Fé, Fabi, Dani e Ana, que me receberam de braços apertos em suas casas, tornando as chegadas e mudanças sempre recompensadoras e felizes.

Ao Mário, Áurea e Ivete, colegas de trabalho que deram a maior força para eu chegar até aqui na hora certa.

A Rodrigo, Rafael e Marcelo que compartilharam suas alegrias, torceram por mim e conquistaram minha amizade.

Aos funcionários do Projeto SOS Criança, que me mostraram realidades distantes que me chocaram, mas me fizeram sentir e pensar maior.

Aos professores, que souberam, além de transmitir seus conhecimentos, transmitir-nos sua experiência e apoiar-nos em nossas dificuldades.

A orientadora Krystyna em especial, que acreditou na minha capacidade me dando todo o apoio no momento em que eu mais precisei.

“O amor é paciente e bondoso; não é ciumento ou presunçoso; não é arrogante ou rude. O amor não insiste em sua maneira própria; não se irrita ou ressentido; ele não se contenta com o que está errado, mas se enche de alegria com o certo. O amor suporta todas as coisas, crê em todas as coisas, espera por todas as coisas, resiste a todas as coisas. O amor nunca falha.” (1 Coríntios 13:4-8)

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	8-9
 CAPÍTULO I - CONSIDERAÇÕES SOBRE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA CRIANÇAS	
1.1 RETROSPECTIVA HISTÓRICA	10-13
1.2 A VIOLÊNCIA DOMÉSTICA NA INFÂNCIA	13-16
1.2.1 Tipos de violência doméstica.....	16-17
1.2.2 Teorias que explicam o fenômeno.....	17-20
1.2.3 Tipos de agressores.....	21
1.2.4 Tipos de ferimentos.....	21-22
1.2.5 Tipos de conseqüências.....	22-24
1.3 O PROCESSO DE CONQUISTAS EM PROL DA INFÂNCIA	25-30
 CAPÍTULO II - A ATUAÇÃO E CONTRIBUIÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL FRENTE AO FENÔMENO DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA CRIANÇAS NO SOS CRIANÇA	
2.1 PROJETO SOS CRIANÇA: CARACTERIZAÇÃO	31-33
2.2 ÍNDICE DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA, VIOLÊNCIA DOMÉSTICA FÍSICA E REINCIDÊNCIA NO SOS CRIANÇA	34
2.3 A ATUAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL NO SOS CRIANÇA	34-38
2.3.1 Instrumentos e técnicas.....	38-40
2.3.2 Identificação do fenômeno.....	40-42
2.3.3 Atendimento à Sol.....	42-48
2.3.4 A relação assistente social x usuário: habilidade do diálogo.....	48-50
2.4 O PAPEL DO SERVIÇO SOCIAL NO RESGATE DA SOCIABILIDADE ENTRE VÍTIMA E AGRESSOR	51-52
 CONSIDERAÇÕES FINAIS	53-54
 BIBLIOGRAFIA	55-57
 ANEXOS	

Resumo

A **violência doméstica física** contra crianças no município de Florianópolis é um problema social, cerca de mais de 02 casos por dia em 2001, e o resgate da sociabilidade entre vítima e agressor, possível em pelo menos 69% dos casos no **Projeto SOS Criança**, pois de 544 casos atendidos no período de janeiro a agosto de 2001, apenas 256 são reincidentes.

O Serviço Social, frente a estes casos, adota a idéia das teorias de aprendizagem social, de que o comportamento humano pode ser aprendido sendo reproduzido, e utilizando-se de técnicas como de esclarecimento e orientação, e instrumentos como visita domiciliar, entrevista e relato, a primeiro momento contribui para a proteção da vítima e resgate da sociabilidade entre vítima e agressor. Pois, o assistente social é o profissional responsável pelo **parecer social**, documento que pode decidir pela institucionalização da criança (afastamento desta do lar), ou permanência desta no lar, tomando as medidas mais adequadas para o agressor deixar de ter a violência como a sua única forma de obter significação na educação dos filhos quebrando assim, o vicioso ciclo da violência doméstica nas famílias.

INTRODUÇÃO

Este trabalho é o resultado de nossa experiência no período de estágio curricular entre dezembro/2000 e abril/2001, realizado no SOS Criança de Florianópolis.

A escolha do tema abordado aconteceu quando nos deparamos, pela primeira vez, com o fenômeno das relações violentas entre pais e filhos.

O enfrentamento deste problema tão complexo, cruel e desumano, levou-nos a aprofundar o seu estudo.

Entre os diversos tipos de violência doméstica contra crianças que permeiam as famílias, ressaltamos aqui a violência física, uma vez que é encarada como um fenômeno social devido ao elevado número de casos registrados no SOS Criança do município de Florianópolis: cerca de dois casos por dia em 2001.

Este trabalho não visa apenas obter uma maior compreensão sobre o fenômeno, mas sim identificar como o Serviço Social no Projeto SOS Criança contribui, junto à equipe interdisciplinar, para o resgate da sociabilidade entre a vítima e agressor, diminuindo o índice de reincidência dos casos de violência física doméstica contra crianças.

Sendo assim, desenvolveremos este trabalho em dois capítulos.

No primeiro capítulo, procuraremos traçar algumas considerações sobre violência doméstica contra crianças, com dados diversos, buscando demonstrar a gravidade deste fenômeno vivenciado no decorrer dos séculos, até nossos dias. Faremos, a princípio, uma pequena retrospectiva histórica da violência doméstica e sentimento de infância e família na sociedade. Discorreremos também sobre violência doméstica na infância, apresentando conceitos e informações sobre violência, agressão, família, violência doméstica, tipos de agressores, ferimentos, consequências e teorias que explicam o fenômeno. Finalizando o primeiro capítulo, trataremos sobre o processo de conquistas em prol da infância, dando um maior enfoque ao Estatuto da Criança e do Adolescente.

No segundo capítulo, apresentaremos o Projeto SOS Criança, campo de estágio, sua proposta de trabalho, seus objetivos, sua história e seu índice de violência doméstica, violência doméstica física e reincidência. Discorreremos também, sobre a atuação do Serviço Social na equipe interdisciplinar do SOS Criança e procuraremos identificar qual a sua contribuição para quebra do vicioso ciclo da violência doméstica física nas famílias. Para isso, descreveremos sobre a metodologia utilizada, instrumentos e técnicas, identificação do fenômeno, relatório de atendimento, relação assistente social x usuário e o papel do serviço social no resgate da sociabilidade entre vítima e agressor.

CAPÍTULO I

CONSIDERAÇÕES SOBRE A VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA CRIANÇAS

1.1 Retrospectiva Histórica

Embora seja difícil recuperar a trajetória histórica desta temática, pode-se perceber que a violência doméstica contra crianças se faz presente desde os tempos mais remotos e está ligado aos mais primitivos sentimentos do homem.

Durante muito tempo, os adultos negaram e, muitas vezes, ainda negam à criança direitos fundamentais, como integridade do corpo, a independência da mente, controlando-a como propriedade privada, roubando-lhes o direito à infância.

Entendida aqui como etapa do ciclo vital, a infância é um fenômeno relativamente recente na história da humanidade.

Durante toda a idade média, até por volta do século XVII, a infância não tinha importância na vida real; era considerada apenas uma fase de transição para a vida adulta.

Segundo Áries (apud Guerra, 1998, p. 50), a sociedade medieval não percebeu a infância. Diz-nos ele:

“Na Idade Média, no início dos tempos modernos e por muito tempo ainda nas classes populares, as crianças misturavam-se com os adultos assim que eram capazes de dispensar a ajuda das mães ou das amas de leite, aproximadamente aos sete anos de idade”.

A criança era vista como um adulto miniaturizado, usava as mesmas roupas e participava dos mesmos jogos (de azar) e brincadeiras, inclusive, brincadeiras sexuais, pois, acreditava-se que era alheia e indiferente à sexualidade, e que, portanto os gestos e as referências vagas e indiretas não tinham consequência sobre ela.

Uma outra idéia bastante transmitida na época era a de que se geravam várias crianças para conservar apenas algumas. Estas morriam aos montes, não se acreditava que tivessem personalidade e também por causa da situação demográfica da época em que o índice de natalidade era muito alto.

Áries (apud Guerra, 1998, p 50), registra a existência de um sentimento superficial pela criança a que chama de “paparicação”(…), segundo ele, as pessoas se divertiam com a criança pequena como um animalzinho, e se ela viesse a falecer – o que não era raro – outra criança a substituiria.

No século XII, atribuiu-se uma particularidade à criança; começou-se a dar importância a sua alma e personalidade. Os trajes tornaram-se mais leves, e confortáveis, os jogos de azar proibidos e os educativos introduzidos pelos jesuítas nos colégios, assim como os exercícios físicos pelos médicos.

Quanto ao sentimento de família, caracterizado pela intimidade, responsabilidade e afetividade entre seus membros, até o século XV era inexistente. Era como se a vida das pessoas acontecessem nas ruas, não havia a intimidade, as pessoas viviam misturadas e as casas abertas às indiscrições dos visitantes. A função da família era apenas a transmissão da vida, dos bens e dos nomes.

A partir do século XVIII o sentimento de família tem bom êxito e a sociedade se torna de certa forma fechada. A preocupação com a educação nessa época fez da família a responsável pela formação dos corpos e das almas, os pais além de colocar os filhos no mundo deviam prepará-los para a vida.

“Tanto a família como a escola, arrancaram a criança da sociedade adulta. As atenções da família, da Igreja e dos moralistas e administradores arrebataram a liberdade que a criança desfrutara até então entre adultos”. (Guerra, 1998, p. 51)

Este cuidado especial com a criança favoreceu o aparecimento de sentimentos novos dentro da família, caracterizados por um cuidado e afetividade intensa de um lado e um abuso de poder do outro.

Segundo Steiner (1986, p. 49), o fenômeno da violência doméstica não é um produto específico do século XX, mas foi neste século que foi alvo de denúncias mais alastradas, sendo assim pesquisado de forma mais aprofundada.

Estudos têm demonstrado que a violência praticada contra crianças manifesta-se de várias formas, incluindo a escravidão, abandono, filicídio, infanticídio, espancamento, entre outros. Os fatos ocorridos fazem-nos acreditar que as agressões e destruições físicas ou mentais, parciais ou totais, dirigidas pelos pais a seus próprios filhos são universais e presentes em todos os grupos sociais.

“Na Inglaterra, em 1977, foram notificados 7.700 casos, com 110 mortos. Em 1981, este número chegou a 4.600, mas com 700 mortos. Na França, o número de crianças maltratadas de que se tem conhecimento gira em torno de 30.000 anuais e na República Federal da Alemanha de 15 a 18.000. Nos Estados Unidos, em 1978, havia 1 milhão”. (Guerra, 1986, p. 91)

Segundo Guerra (1985, p. 41), em termos de contribuições brasileiras ao estudo científico do fenômeno em questão temos uma publicação elaborada em 1973 por professores da Faculdade de Ciências Médicas da Santa Casa de São Paulo, relativa à descrição de um caso de espancamento de uma criança de aproximadamente um ano e três meses.

A medicina foi pioneira no esclarecimento do diagnóstico e das seqüelas dos casos submetidos a sevícias, mas outros ramos do conhecimento (Ciências Sociais, Serviço Social, Psicologia, Criminologia) tiveram suas contribuições em termos da formulação de teorias que explicassem o fenômeno, além de traçarem as respectivas estratégias de intervenção. (Guerra, 1985, p 44)

Ainda segundo Guerra (1985, p 45), na área do Serviço Social se destacam as contribuições em 1968 de E. Davorem (EUA) que fez uma análise do papel de intervenção do Serviço Social junto ao fenômeno e na década de 70 de L. Deltaglia (Assistente Social com especialização em Psicologia), que analisou a incidência do fenômeno na França, algumas características dos agressores, as respostas da sociedade à questão, as medidas de intervenção e as principais dificuldades delas decorrentes.

1.2 A Violência Doméstica na Infância

Segundo Pereira (1975, p. 28), violência não é a mesma coisa que agressão, “toda violência é agressão, mas nem toda agressão é violência. Agressão é um impulso natural do homem como ser vivo e violência é a agressão calculada, programada, consciente, voluntariosa, objetivamente cruel, viva e principalmente física, ou seja, a violência ganha significado realmente a luz do homem”.

“Violência é o ato contrário à razão, à justiça, ato veemente, resultante do emprego da força para a solução de qualquer conflito humano, seja individual, seja coletivo”. (Pereira, 1975, p. 26)

Conflitos gerados pelas constantes transformações que a sociedade brasileira vem sofrendo nos campos sócio-político, econômico e cultural tem tornado a violência algo presente de forma diversificada em nosso cotidiano.

A sociedade, de um modo geral, tem submetido crianças e adolescentes a muitas formas de violência, sendo a de caráter doméstico uma das mais comuns.

O processo de modernização na metade do século XX causou significativas mudanças na família.

Conforme dados da PNDA (Pesquisa Nacional por Amostras de Domicílio – IBGE) (Mioto 1997, p. 118, 119) sobre a configuração da família dos anos 90, aumentaram o número de separações, divórcios, famílias recompostas, gravidez na adolescência, famílias nucleares e pessoas que vivem sós.

Essas mudanças são decorrentes da redefinição de papéis do homem e da mulher na sociedade, da liberalização dos hábitos e costumes relacionados à sexualidade, do desenvolvimento técnico-científico e também do modelo de desenvolvimento econômico, que tem causado o empobrecimento acelerado das famílias, bem como, a perda crescente da eficiência do setor público na prestação de serviços (Mioto, 1997, p. 119-120).

Em razão da diversidade de arranjos familiares existentes hoje, devido a todas essas mudanças, não é mais possível se falar de família, mas sim de famílias.

“A família pode ser definida como um núcleo de pessoas que convivem em determinado lugar, durante um lapso de tempo mais ou menos longo e que se acham unidas (ou não) por laços consanguíneos”. (Mioto, 1997, p. 120)

Relações têm se rompido, modos de vida se alterado e processos rápidos de mudanças provocado conflitos, crises e perdas de referência.

A violência doméstica contra crianças é um dos mais sérios sintomas da crise que a família enfrenta hoje.

Muitas são as palavras utilizadas para conceituar a violência doméstica. Neste trabalho adotamos a definição de Azevedo & Guerra (1995, p. 36):

“Todo ato ou omissão praticado por pais, parentes ou responsáveis contra crianças e/ou adolescentes que sendo capaz de causar dano físico, sexual e/ou psicológico à vítima – implica de um lado, numa transgressão do poder / dever de proteção do adulto e, de outro, numa coisificação da infância, isto é, numa negação do direito que criança e adolescentes têm de ser tratados como sujeitos e pessoas em condições peculiares de desenvolvimento”.

Azevedo & Guerra (1995, p. 37-38) tecem ainda alguns comentários sobre o conceito citado acima que merecem ser explicitados aqui:

- ✓ **todo ato ou omissão** – significa que pode emergir tanto devido a atos exercidos, assim como, devido à omissão da ação;
- ✓ **praticado por pais, parentes ou responsáveis** – significa que a violência doméstica implica em ações de pais (biológicos e adotivos) ou responsáveis (tutores e inclusive padrinhos) ou parentes (tios, avós, primos). E por isso é violência doméstica, pois é praticada no interior da família.
- ✓ **contra crianças e adolescentes** – baseado na Lei 8.069/90 – Estatuto da Criança e do Adolescente, Artigo 2, por criança entende-se pessoa

até 12 anos incompletos e adolescente aquela entre 12 e 18 anos de idade.

- ✓ **Que – sendo capaz de causar dano físico, sexual e/ou psicológico à vítima** – mostra que situações de agressão física, psicológica e sexual que causadoras de algum tipo de dano contra crianças e adolescentes transformando-o em vítimas, configuram violência doméstica;
- ✓ **implica de um lado, numa transgressão do poder/dever de proteção do adulto** – demonstra que o fenômeno implica em abuso do poder de autoridade e do dever de proteção do adulto sobre a criança, pois é a família a responsável por cuidar, educar e proteger seus filhos para que estes se desenvolvam de forma segura.
- ✓ **e, de outro, numa coisificação da infância** – implica na privação do direito que crianças e adolescentes têm de serem tratados como sujeitos em condição peculiar de desenvolvimento. Quando crianças e adolescentes são submetidos aos desejos e vontades do adulto, são transformados em simples objeto de dominação, por isso coisificado, submisso e objeto do outro.

1.2.1- Tipos de violência doméstica

A violência doméstica assume três facetas principais:

Violência Física - quando a repressão é feita através de violência corporal (espancamentos, queimaduras, etc...), ou da negligência em termos de cuidados básicos (alimentação, vestuário, segurança, etc...).

“A violência física é caracterizada por qualquer ação única ou repetida, não acidental (ou intencional), perpetrada por um agente agressor adulto ou mais velho, que provoque dano físico à criança ou adolescente, este dano causado pelo ato abusivo pode variar de lesão

leve à consequência extrema como a morte". (Deslandes apud Centro Crescer sem Violência, 1999, p. 20)

Violência Sexual - quando a repressão se exerce tendo em vista obter a participação da criança em práticas eróticas.

"Abuso sexual doméstico é todo ato ou jogo sexual, relação heterossexual ou homossexual, entre um ou mais adultos e uma criança menor de 18 anos, tendo por finalidade estimular sexualmente a criança ou utilizá-la para obter uma estimulação sexual sobre sua pessoa ou de outra pessoa". (Azevedo e Guerra apud Centro Crescer sem Violência, 1999, p. 30)

Violência Psicológica - quando a repressão se dá através de ameaças, humilhações e privação emocional.

"Violência psicológica é a atitude constante do adulto (ou pessoa mais velha) em relação à criança de forma a depreciá-la, bloqueá-la em seus esforços de auto-aceitação, enfim, interferir de maneira negativa, causando-lhe sofrimento mental". (Azevedo e Guerra, 1989, p.50)

O que há de comum a todas essas formas de violência é o fato de violarem os direitos fundamentais da criança.

1.2.2- Teorias que explicam o fenômeno

Quanto a uma explicação para o fenômeno, Steiner (1986, p 49-51) registra que não existe uma explicação com um único significado, a abundante literatura sobre

ele registra basicamente o surgimento de três teorias explicativas, são estas: teorias psicodinâmicas, de aprendizagem social e sócio-psicológicas.

As teorias psicodinâmicas presumem que o comportamento deve ser primariamente o resultado de forças intrapsíquicas descritas em termos de traços de personalidade e estados, medidas através de testes psicológicos ou identificadas por julgamento clínico.

As sócio-psicológicas propõe uma multiplicidade de fatores para explicar a violência contra a criança. Tratam-se de teorias que basicamente analisam as características sociais dos agressores, da vítima e a situação contextual do próprio ato violento, resgatando inclusive a contribuição da criança para o ato agressivo, ignorando desta forma a sua inocência.

Mostrando-se mais promissora em termos de melhoria do problema, as teorias de aprendizagem social resgatam a idéia de que o comportamento violento pode ser aprendido, vendo perspectivas de se quebrar o vicioso ciclo de violência. Ou seja, esta teoria entende que a violência não necessariamente é um comportamento decorrente dos atos de uma personalidade “enferma” ou de uma “provocação”.

“o homem não é mais do que um produto da sua educação”.

(Rousseau em Pereira, 1975, p. 40)

Sobre isso, uma coisa é certa, qualquer pessoa que agride seu filho, foi ela mesma de alguma forma severamente traumatizada em sua infância, sem exceção. Pois, é absolutamente impossível que uma pessoa educada num ambiente de honestidade, de respeito e de afeto venha atormentar um ser mais fraco de tal forma que lhe inflija um dano permanente.

Assim, podemos dizer que a violência doméstica é aprendida e reproduzida, porque se trata de um ciclo vicioso, que não deixa pais que tiveram dolorosa experiência fazer com que seus filhos sejam educados com carinho.

A família brasileira, em meio a discussões sobre a sua desagregação ou enfraquecimento, está presente e permanece enquanto espaço privilegiado de socialização, de prática de tolerância e divisão de responsabilidades, de busca coletiva de estratégias de sobrevivência e lugar inicial para o exercício da cidadania sob o parâmetro da igualdade, do respeito e dos direitos humanos. A família é o espaço indispensável para a garantia da sobrevivência de desenvolvimento e da proteção integral dos filhos e demais membros, independentemente do arranjo familiar ou da forma como vêm se estruturando. É a família que propicia os aportes afetivos e, sobretudo materiais necessários ao desenvolvimento e bem-estar dos seus componentes. Ela desempenha um papel decisivo na educação formal e informal, é em seu espaço que são absorvidos os valores éticos e humanitários, e onde se aprofundam os laços de solidariedade. É também em seu interior que se constroem as marcas entre as gerações e são observados valores culturais. (Família, 1998, p. 11-12)

“Cada ciclo da vida familiar exige ajustamento por parte de ambas às gerações, envolvendo, portanto, o grupo como um todo”. (Salem, 1980, p. 56)

Além disso, existem “conflitos e tensões” no decorrer de toda existência da família. Tais conflitos podem ser manifestos ou latentes. A forma de lidar com os conflitos pode variar de modelos autoritários e intolerantes, nos quais predomina um relacionamento adultocêntrico, de opressão e silenciamento dos mais fracos, em geral as crianças. O modo de lidar com os problemas pode ser também democrático e de respeito pelas diferenças, e mesmo de valorização da crise, quando o modo preferencial de lidar com as dificuldades é pelo entendimento, pela linguagem, pela conversa.

A violência doméstica resulta de um conflito de gênero ou de gerações. Decorre de uma forma de lidar com as desigualdades na qual as diferenças são transformadas ou em relação entre superiores e inferiores e/ou onde o mais fraco é tratado enquanto “coisa”. (Azevedo & Guerra, 1989, p. 52)

Existe a tradição de ensinar através do castigo, da punição e ela conta com diversos provérbios populares que defendem uma interação violenta, legitimada pela “obrigação” da família em corrigir a criança.

Em muitos casos, a família não dispõe de um repertório democrático para resolver as situações conflituosas e recorre, portanto, a seu acervo pessoal (memória) de procedimentos adquiridos no próprio processo de aprendizagem.

Soma-se, às vezes, a esta memória individual e coletiva (presente na história de vida do pai ou mãe violentos e nos costumes), uma intensificação da conduta destrutiva, quando predomina o ódio, o ressentimento, o abuso e a transgressão. É o mundo da tragédia relacional. (Família, 1994, p. 54)

Perturbações de saúde mental, dificuldades financeiras, despreparo para a maternidade e dificuldades de relacionamento, também são pontos que os agressores domésticos têm em comum.

Nas famílias onde existe violência física, as relações do agressor com os filhos-vítima se caracterizam por serem uma relação sujeito-objeto. Os filhos devem satisfazer as necessidades dos pais, pesa sobre eles uma expectativa de desempenho superior às suas capacidades, são vistos como pessoas criadoras de problemas. Além do que, a disciplina é sempre enfatizada como um método adequado de educação.

1.2.3- Tipos de agressores

Os tipos de agressores, segundo Ana Maria Cordeiro (Steiner, 1986, p 60), são:

- a) “Agressor intermitente” – aquele que comumente cuida da criança, mas em certas ocasiões não resiste a compulsão de atacá-la e espancá-la, podendo ter remorsos depois.
- b) “Agressor esporádico” – aquele que se observa o caso de agressão única – a primeira. É, potencialmente, pela gravidade da agressão agente que voltará a agredir a criança – agressão esta que pode ser fatal.
- c) “Agressor permanente” – aquele que odeia, de fato, o filho e dolosamente o agride fazendo-o sofrer, além de descuidar dele. Possui distúrbios de personalidade e, friamente, é indiferente ao sofrimento da criança.
- d) “Agressor ignorante” – aquele que sua tentativa de educar a criança costuma ser desastrosa; é do tipo que sente muito, quando a criança morre em consequência da agressão.
- e) “Agressor em triângulo” – aquele que se forma entre o amante, a mãe e a criança. A criança passa a ser alvo da hostilidade por parte do amante ou da mãe para agradar o amante.

1.2.4- Tipos de ferimentos

No que se refere aos tipos de ferimentos, segundo Azevedo e Guerra (1989, p 108-110), os comumente apresentados por crianças agredidas são:

- ✓ Escoriações (ferimentos superficiais)
- ✓ Lacerações
- ✓ Vergões (marcas na pele, resultantes de pancadas)
- ✓ Equimoses (pequenas manchas devido hemorragia)

- ✓ Hematomas (tumor formado de sangue extravasado)
- ✓ Queimaduras
- ✓ Cortes
- ✓ Fraturas
- ✓ Cicatrizes de ferimentos anteriores

Ainda segundo a autora, as lesões mais encontradas são as de pele, principalmente os hematomas, as equimoses, marcas de dedos e queimaduras, lesões estas geralmente provocadas por cigarros, líquidos quentes, objetos incandescentes (faca, garfo, colher, ferro de passar roupas), beliscões, socos pontapés, tapas, sacudimento, etc...

Se os ferimentos ocorreram por acidente ou foram provocados, não se sabe à simples inspeção, só analisando a localização, severidade e frequência.

1.2.5- Tipos de Consequências

Os tipos de consequências que a violência física doméstica contra crianças pode trazer são:

Consequências Orgânicas:

- ✓ seqüelas provenientes de lesões abdominais, oculares, de fraturas dos membros inferiores e superiores e/ou do crânio, de queimaduras, enfim, que poderão causar invalidez permanente ou temporária;
- ✓ a morte para a vítima, conhecida como “violência fatal” é muitas vezes bastante subestimada em função das dificuldades de se detectar as reais causas da morte.

Consequências Psicológicas:

- ✓ sentimento de raiva e medo quanto ao agressor;
- ✓ quadros de dificuldades escolares;
- ✓ dificuldades quanto a confiar nos outros;
- ✓ autoritarismo – a dor física e o abuso originado da disciplina são os geradores consistentes do autoritarismo;
- ✓ delinquência – os agredidos não consideram tal prática abusiva, concordam com a violência para o disciplinamento;
- ✓ violência doméstica – os sentimentos associados com tal punição, de angústia, raiva, ansiedade, medo, terror, ódio, hostilidade – estão dentro dos relacionamentos domésticos dos adultos que foram espancados quando crianças.
- ✓ patricídio / matricídio – a vítima extermina o agressor como forma de acabar com a violência na casa.

Além do risco de vida ou de seqüelas, as consequências de ordem psicológicas mostram uma face de extrema gravidade, que se não forem adequadamente tratadas poderão gerar problemas, além de possibilitar um ciclo perpétuo de violências nas famílias.

Segundo uma madrastra de 20 anos, vítima de violência doméstica durante toda sua infância, visitada em 01/02/01 pelo SOS criança, devido a uma denúncia de violência física por parte de seu esposo contra uma criança de 06 (seis) anos, a criança apanha porque: “têm hora de estudar, de brincar, de comer e apanhar”.

A criança luta, desde o momento em que nasce, por sua sobrevivência, por conservar o que é seu primeiro e último patrimônio: a vida.

Ela exige e precisa de alimento, de colo, de atenção e reage, vigorosamente quando algo a incomoda. Basicamente, a criança luta por poder ser. Essa luta implica, sobretudo, em poder amar, criar, experimentar, confiar, ousar, rir, chorar, contestar, enfim, poder aprender-se e amar-se. Ocorre que ela depende dos pais, ou de alguém que os substitua como figura de ligação, para travar essa luta em direção ao seu desenvolvimento como pessoa no mundo.

Segundo Azevedo e Guerra (1989, p. 55), “os laços biológicos deveriam ser uma força de motivação muito poderosa, permitindo à maioria dos pais oferecer a suas crianças o afeto e os cuidados de que têm necessidade”.

A criança vítima de violência física segundo Zagury (2000), tende a se ver como alguém que não tem valor, portanto incapaz de dar amor, demonstrar afeto, com medo de ser rejeitada (...), bater pode trazer uma experiência traumática para a criança não apenas pela dor física que impõe, mas principalmente porque coloca em risco a credibilidade depositada por ela nos pais, que é a base para sentir-se amparada e segura. Uma criança não pode sentir segura se sua segurança depende de uma pessoa que se descontrola e para com a qual tem ressentimentos.

Zagury diz ainda, que bater é uma forma de perpetuação da cultura da violência é um atestado de fracasso que os pais passam a si próprio, pois ensina às crianças que os conflitos se resolvem por meio da agressão física.

Sobre a violência como recurso educativo, uma coisa é certa: “violência só gera mais violência”.

1.3 O Processo de Conquistas em Prol da Infância.

Em 1923 foi votada pela União Internacional de Ajuda à Criança a I Declaração sobre os Direitos da Criança que se constitui no primeiro passo em direção a busca dos direitos das crianças. Em 20 de novembro de 1959, a Assembleia Geral das Nações Unidas aprovou a II Declaração dos Direitos da Criança que enfatiza os dez pontos que seguem:

- 1) Direito à igualdade, sem distinção de raça ou nacionalidade;
- 2) Direito à proteção especial para seu desenvolvimento físico, mental e social;
- 3) Direito a um nome e a nacionalidade;
- 4) Direito à alimentação, à moradia e à assistência médica adequada para a criança e a mãe;
- 5) Direito à educação e a cuidados especiais, para a criança física ou mentalmente deficiente;
- 6) Direito ao amor e a compreensão por parte dos pais e da sociedade;
- 7) Direito à educação gratuita e ao lazer;
- 8) Direito de ser socorrido em primeiro lugar, em caso de catástrofe;
- 9) Direito de ser protegido contra toda forma de abandono, crueldade e exploração;
- 10) Direito de crescer dentro de um espírito de solidariedade, compreensão, amizade e justiça entre os povos.

Outro passo dado, foi a partir da década de 80. Nesse período, fomentava-se a discussão em nível governamental e não governamental, frente à problemática da violência contra crianças e adolescentes de rua, o “extermínio”. A sociedade civil e o Estado brasileiro foram pressionados a tomar medidas de contenção destes crimes bárbaros, a partir da organização de movimentos sociais que contaram com a participação de meninos e meninas de rua.

Dessa forma, em 05 de outubro de 1988, o Brasil incorporou em sua Carta Magna os elementos essenciais da Convenção. A síntese de todo o esforço realizado encontra-se condensada no caput do artigo 227 da Constituição:

“É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.”

Para dar vida a essas palavras, o Congresso Nacional, aprovou o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, que sancionado pelo Presidente da República, tornou-se Lei 8069 de 13 de julho de 1990, rompendo com o Código de Menores.

A nova Lei protege crianças e adolescentes contra toda forma de violência, garantindo os direitos com medidas específicas de proteção, sanções administrativas e penais, ações civis públicas em torno dos direitos individuais, difusos ou coletivos. Assim, assegura políticas sociais básicas, políticas e programas de assistência social em caráter supletivo e, entre outras, orientação e apoio sócio-familiar; proteção jurídico-social; apoio sócio-educativo; serviços especiais de prevenção e atendimento médico e psicossocial às vítimas de negligência, maus-tratos, explorações, abuso, crueldade e opressão.

Segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA, todo e qualquer ser humano com menos de 18 (dezoito) anos precisa ser reconhecido como pessoa em condição peculiar de desenvolvimento e que possui, por essa razão, prioridade absoluta no atendimento aos seus interesses e necessidades, além de que, reconhece que é responsabilidade comum e direta da família, da sociedade e do Estado colocá-lo a salvo de qualquer forma de violência física, sexual ou psicológica.

“Nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punido na forma da lei qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais”. (ECA - Artigo 5º)

No que se refere à política de atendimento, o art. 87 inciso III do ECA, assegura:

“serviços especiais de prevenção e atendimento médico e psicossocial às vítimas de negligência, maus-tratos, exploração, abuso, crueldade e opressão”.

O município de Florianópolis/SC, conta com o Projeto SOS Criança, aonde as denúncias de violência doméstica contra crianças chegam pelo fone 08006431407. O Projeto averigua a denúncia, faz estudo/diagnóstico dos casos e toma as devidas providências. A partir deste estudo os casos são repassados aos Conselhos Tutelares e, dependendo do caso, este repassa ao Juizado da Infância e Juventude, cumprindo assim o art. 13 do ECA, que diz:

“Os casos de suspeita ou confirmação de maus-tratos contra crianças ou adolescentes serão obrigatoriamente comunicados ao Conselho Tutelar da respectiva localidade, sem prejuízo de outras providências legais”.

Segundo os Artigos 131, 132 e 133 do ECA, o Conselho Tutelar é um órgão permanente e autônomo, não jurisdicional, encarregado pela sociedade de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente, definidos nesta Lei; em cada município haverá no mínimo um, composto de cinco membros, escolhido pela comunidade local para mandato de três anos com exigências para candidatura de idoneidade moral, idade superior a vinte e um anos e residir no município.

O art. 136 do ECA fixa as atribuições próprias do Conselho Tutelar. Por essas atribuições verifica-se a importância que terá este órgão na execução da política de atendimento à criança e ao adolescente.

São elas:

I – atender às crianças e adolescentes nas hipóteses previstas nos Arts. 98 e 105, aplicando as medidas previstas no Art. 101, I a VII.

Artigo 98 – As medidas de proteção à criança e ao adolescente são aplicáveis sempre que os direitos reconhecidos nesta Lei forem ameaçados ou violados: I – por ação ou omissão da sociedade ou do Estado; II – por falta, omissão ou abuso dos pais ou responsável; III – em razão de sua conduta.

Artigo 105 – Ao ato infracional praticado por crianças corresponderão as medidas previstas no art. 101.

Artigo 101 – Verificada qualquer das hipóteses previstas no art. 98, a autoridade competente poderá determinar, dentre outras, as seguintes medidas: I – encaminhamento aos pais ou responsável, mediante termo de responsabilidade; II – orientação, apoio e acompanhamento temporários; III – matrícula e frequência obrigatórias em estabelecimento oficial de ensino fundamental; IV – inclusão em programa comunitário ou oficial de auxílio à família, à criança e ao adolescente; V – requisição de tratamento médico, psicológico ou psiquiátrico, em regime hospitalar ou ambulatorial; VI – inclusão em programa oficial ou comunitário de auxílio, orientação e tratamento a alcoólatras e toxicômanos; VII – abrigo em entidade; VIII – colocação em família substituta.

II – atender e aconselhar os pais ou responsável, aplicando as medidas previstas no Art. 129, I a VII

Artigo 129 – São medidas aplicáveis aos pais ou responsável: I – encaminhamento a programa oficial ou comunitário de promoção à família; II – inclusão em programa oficial ou comunitário de auxílio, orientação e tratamento a alcoólatras e toxicômanos; III – encaminhamento a tratamento psicológico ou psiquiátrico; IV – encaminhamento a cursos ou programas de orientação; V – obrigação de matricular o filho ou pupilo e acompanhar sua frequência e aproveitamento escolar; VI – obrigação de encaminhar a criança ou

adolescente a tratamento especializado; VII – advertência; VIII – perda da guarda; IX – destituição da tutela; X – suspensão ou destituição do pátrio poder. Parágrafo único – Na aplicação das medidas previstas nos incisos IX e X deste artigo, observar-se-á o disposto nos arts. 23 e 24.

Artigo 23 – A falta ou carência de recursos materiais não constitui motivo suficiente para a perda ou a suspensão do pátrio poder.

Artigo 24 – A perda e a suspensão do pátrio poder serão decretadas judicialmente, em procedimento contraditório, nos casos previstos na legislação civil, bem como na hipótese de descumprimento injustificado dos deveres e obrigações a que alude o art. 22.

Artigo 22 – Aos pais incumbe o dever de sustento, guarda e educação dos filhos menores, cabendo-lhes ainda, no interesse destes, a obrigação de cumprir as determinações judiciais.

III – promover a execução de suas decisões, podendo para tanto: a) requisitar serviços públicos nas áreas de saúde, educação, serviço social, previdência, trabalho e segurança; b) representar junto à autoridade judiciária nos casos de descumprimento injustificado de suas deliberações.

IV – encaminhar ao Ministério Público notícia de fato que constitua infração administrativa ou penal contra os direitos da criança e do adolescente;

V – encaminhar à autoridade judiciária os casos de sua competência;

VI – providenciar a medida estabelecida pela autoridade judiciária, dentre as previstas no Art. 101, de I a VI, para o adolescente autor de ato infracional;

VII – expedir notificações;

VIII – requisitar certidões de nascimento e de óbito de criança ou adolescente quando necessário;

IX – assessorar o Poder Executivo local na elaboração da proposta orçamentária para planos e programas de atendimento dos direitos da criança e do adolescente;

X – representar em nome da pessoa e da família, contra a violação dos direitos previstos no art. 220, § 3º, inciso II da Constituição Federal;

XI – representar ao Ministério Público, para efeito das ações de perda ou suspensão do pátrio poder.

Os dirigentes de estabelecimentos de ensino fundamentais, segundo o ECA (art. 56), têm a obrigação de comunicar ao Conselho Tutelar não só os casos de maus-tratos envolvendo seus alunos, como também os casos de crianças que possuem muitas faltas injustificadas e que costumam “fugir” da escola, esgotadas estratégia da escola, bem como os casos de alunos com elevados níveis de repetência, pois, os direitos dessas crianças estão sendo violados.

As penas para os agressores podem ser previstas em forma de multa ou detenção. Além disso, os pais podem ser destituídos do pátrio poder e a criança ser transferida para famílias substitutas, por guarda, tutela ou adoção, ou ainda, internada em instituições estatais até 18 (dezoito) anos.

O artigo 130 do ECA diz que “verificada a hipótese de maus-tratos, opressão ou abuso sexual impostos pelos pais ou responsável, a autoridade judiciária poderá determinar, como medida cautelar, o afastamento do agressor da moradia comum”, porém, um dos direitos do mesmo é a convivência familiar e comunitária.

CAPÍTULO II

A ATUAÇÃO E CONTRIBUIÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL FRENTE AO FENÔMENO DA VIOLÊNCIA FÍSICA DOMÉSTICA CONTRA CRIANÇAS NO SOS CRIANÇA

2.1 Projeto SOS Criança: caracterização

Inaugurado oficialmente em 08 de abril de 1992 pela 1ª Dama do Estado, Sra. Vera Maria Karam Kleinubing, a partir da ativação do telefone 1407 em janeiro de 92, através do convênio firmado entre a Fundação Vida e Telesc, o SOS Criança, trata-se de uma instituição governamental que presta um serviço de proteção e defesa, onde os destinatários são toda e qualquer criança e adolescente de zero a 18 anos incompletos que tenham sido vítimas de violência doméstica.

Enquadra-se nas diretrizes da Política de Proteção Especial, prevista nas Constituições Federal e Estadual, Lei Orgânica do Município e na Lei Específica 8.069/90 – ECA, propiciando um atendimento em caráter emergencial de proteção e defesa, orientação psicológica e social direto às vítimas de crime pessoal e contra os costumes a população infanto juvenil e aos familiares e/ou responsáveis visando a sua reestruturação.

A operacionalização do Projeto se dava através de convênio de cooperação entre o Governo do Estado e Prefeitura Municipal de Florianópolis – Secretaria da Saúde e Desenvolvimento Social agora, Secretaria de Habitação Trabalho e

Desenvolvimento Social – Divisão da Criança e do Adolescente, ficando a execução do trabalho sob a responsabilidade da Prefeitura.

A sede está localizada à rua Rui Barbosa, nº 677, bairro Agrônômica, cidade de Florianópolis, SC.

Com o retorno dos profissionais do Estado em 04/02/99 às suas Secretarias de origem, o município passou a assumir integralmente as atividades do Projeto SOS Criança.

No mês 07/99, por determinação da Secretaria da Saúde, extinguiu-se o plantão 24 horas, e o Projeto passou a funcionar todos os dias, inclusive nos finais de semana, das 08 às 23 horas.

Em dezembro de 1999, o horário de atendimento foi novamente reduzido, passando o Projeto a funcionar das 08 às 20 horas, sendo que nesta época, o Conselho Tutelar passou a dispor de um plantão de sobreaviso das 20 às 08 horas.

O atendimento é prestado por uma equipe técnica interdisciplinar composta por profissionais das áreas do Serviço Social, Pedagogia e Psicologia.

Hoje as denúncias são captadas através do telefone 08004631407 e por meio de órgãos e instituições tais como: Conselhos Tutelares, Juizados, Delegacias e na própria sede do Projeto, com garantia de sigilo absoluto aos denunciante. O quadro funcional conta com:

01 Coordenadora – que também desempenha o trabalho de Assistente Social (efetiva da PMF);

06 Assistentes Sociais – (01 efetiva da PMF e 05 contratadas);

04 Educadores;
01 Psicóloga;
02 Auxiliares Administrativos;
01 Auxiliar de Serviços Gerais;
02 Motoristas;
02 Estagiárias.

Os principais objetivos do projeto SOS Criança são:

Objetivo geral: proporcionar orientação, defesa e proteção de toda criança e adolescente vítima de violência doméstica.

Objetivos específicos:

- ✓ Receber, averiguar e encaminhar quando se fizer necessário ao órgão competente denúncias de violência física, sexual, psicológica e negligência contra crianças e adolescentes;
- ✓ Favorecer o estudo de cada caso em particular e os devidos encaminhamentos;
- ✓ Resgatar, sempre que possível, os vínculos familiares;
- ✓ Prevenir a incidência da violência doméstica contra crianças e adolescentes nas famílias do município de Florianópolis.

Para melhor entendimento do Projeto, bem como, demais documentos utilizados, sugerimos consulta ao ANEXO.

2.2 Índices de Violência Doméstica, Violência Doméstica Física e Reincidência no SOS Criança.

SOS CRIANÇA	Nº de casos atendidos de Janeiro a Agosto de 2001	%
Violência Doméstica	544	
Violência Doméstica Física	504	92
Reincidência de Violência Doméstica	256	31

Fonte: Estatísticas do Projeto SOS Criança

Foram atendidos cerca de 544 casos de violência doméstica, no Projeto SOS Criança no período de janeiro a agosto de 2001, sendo 92% dos casos violência doméstica física e 31% casos reincidentes.

Assim, podemos dizer que a violência doméstica em Florianópolis trata-se de um sério problema social, que o número de casos de violência doméstica física é consideravelmente maior em relação à psicológica e sexual e que o índice de reincidência no Projeto SOS Criança é prova que o resgate da sociabilidade entre vítima e agressor é possível em pelo menos 69% dos casos.

2.3 A Atuação do Serviço Social no Projeto SOS Criança

Na experiência de estágio supervisionado no SOS Criança, a princípio buscou-se o conhecimento da instituição como um todo, através da leitura, observação e participação nas reuniões técnicas.

Os objetivos do Serviço Social no Projeto SOS Criança são:

Gerais:

- ✓ Prestar atendimento emergencial à criança e ao adolescente vítimas de violência doméstica.

Específicos:

- ✓ Elaborar o estudo social de cada caso para verificar a confirmação ou não da ocorrência de violência doméstica contra crianças e adolescentes no município de Florianópolis.
- ✓ Resgatar, sempre que possível, os vínculos familiares;
- ✓ Prevenir a reincidência da violência nas famílias.
- ✓ Promover uma nova visão de infância e resgate da cidadania de crianças e adolescentes.

De acordo com a Lei 8.662 de 7 de junho de 1993, que dispõe sobre a profissão de assistente social, o parecer social é de responsabilidade do Assistente Social, quando coloca em seu artigo 5º parágrafo IV que são atribuições privativas da profissão:

“Realizar vistorias, perícias técnicas, laudos periciais, informações e pareceres sobre a matéria de serviço social.”

Segundo Miotto (2001, p. 155), “parecer social é a opinião fundamentada que o Assistente Social emite sobre a situação estudada, que Araújo (2000:34) define como a etapa onde deverá conter a sugestão para a solução do conflito do ponto de vista social.”.

É importante mencionarmos que, o Projeto SOS Criança, traz explícito sua visão de homem-mundo traduzida na seguinte citação:

“O homem é ser capaz de assumir-se e, como sujeito de sua história e da História, agente de transformações de si e do mundo... Se ele é produto das relações sociais vigentes, não podemos ignorar que é também produtor dessas mesmas relações, cabendo-lhe, por meio de uma prática crítica e transformadora, instaurar um mundo propriamente humano”. (Costa, 1990, p.44)

No entanto, cabe ressaltar que, essa visão de homem e mundo apresentada como alicerce do trabalho proposto, encontrou uma série de dificuldades na sua vivência cotidiana, já que, assumir essa visão de homem-mundo exige um processo de construção e introspecção de uma verdade, ou seja: a criança, enquanto ser humano, é sujeito de sua história.

O Serviço Social adotou como referência teórico-instrumental: diálogo, política social e totalidade.

O diálogo fez parte de todo o trabalho, desde o contato por telefone (denúncia, pedido de auxílio, informação) até o atendimento “in loco” pela equipe técnica. Havia clareza da importância de ouvir a família “sem preconceitos”, percebendo sua totalidade, sua história.

O diálogo é compreendido, enquanto uma troca de saberes, de olhares de opiniões, de verdades; é um falar com o outro, interagindo, interrelacionando-se com ele, percebendo-o enquanto sujeito e construindo uma relação sujeito-sujeito. Ressalta-se ainda a importância da empatia, da compreensão no diálogo que auxilia a aprender a complexidade que é o outro, enquanto ser humano histórico e único.

Ao abordarmos a referência política social, evidenciamos sua ineficiência e analisamos a questão conjuntural da problemática debatida.

As políticas sociais devem garantir a satisfação das necessidades primordiais dos cidadãos e uma condição mínima de sobrevivência com dignidade para a população, já que são:

“ O conjunto das leis, instituições, políticas e programas criados pelo poder público e voltados para a distribuição de bens e serviços destinados a promover e garantir os direitos sociais dos cidadãos. A política social, no interior dessa visão, é a estrutura de leis, propósitos, compromissos, princípios, valores que presidem a estrutura e funcionamento do ramo social do estado no âmbito da satisfação das necessidades básicas dos cidadãos. Ela condiciona as escolhas relativas ao acesso aos bens e serviços relacionados com a garantia de um patamar mínimo de bem-estar e de dignidade compatível com o nível geral de desenvolvimento de uma dada sociedade”. (Costa, 1991, p. 71)

Finalmente a totalidade nos é importante, pois garante uma visão abrangente do contexto, como também um trabalho e uma intervenção mais concreta. De acordo com Oliveira (1993, p. 41):

“A totalidade nos revela a teia complexa de interdependências dos aspectos que envolvem a realidade problematizada”.

Ou seja,

“qualquer objeto que o homem possa perceber é à parte de um todo. Em cada ação empreendida, o ser humano se defronta, inevitavelmente, com problemas interligados. Por isso, para encaminhar uma solução, o ser humano precisa ter uma certa visão de conjunto”. (Lisboa apud Oliveira, 1993, p. 41)

A prática profissional do Assistente Social, realizada a partir do Projeto SOS Criança e consoante os objetivos desse, volta-se para orientações e prestação de serviços que beneficiam o grupo familiar. Assim, no campo violência doméstica contra crianças a atividade principal é a de orientação, tanto no sentido de “ajudar a encontrar soluções”, quanto na da “conscientização da problemática”, ou do “aconselhamento”. A

prestação de serviços realiza-se de forma secundária sempre visando à resolução de um problema que afeta o “usuário” direto – ou seja, o usuário da instituição.

Neste contexto, o foco da atuação do Serviço Social é a criança e o alvo a família como um todo.

O Assistente Social considera que a família devidamente atendida, apoiada e orientada constitui o melhor ambiente para o crescimento e desenvolvimento da criança, bem como, que a criança só deva ser afastada de seu lar em quadros graves ou com risco de vida, agindo em conformidade com os direitos do ECA, de convivência familiar.

2.3.1 Instrumentos e técnicas

Quanto aos instrumentos e técnicas de intervenção utilizadas pelo Serviço Social, primeiramente ressaltamos a visita domiciliar que se caracteriza não como forma de fiscalizar, julgar e policiar a família, mas sim, como meio de apreender uma realidade problemática, prestando atendimento.

Sendo que:

“A visita domiciliar é um instrumento do Serviço Social quando traz um resultado útil quando há reflexão em torno do objetivo da visita. Quando o assistente social também leva alguma coisa (informações resultados) e não só busca”. (Lisboa apud Kloch, 1993, p. 76)

Outro instrumento utilizado é a entrevista, onde através de um diálogo informal se detecta o problema e mostram-se alternativas.

Segundo Lisboa (apud Oliveira, 1993, p.61):

“A entrevista supõe dois interesses:

- 1) Priorizar o atendimento;
- 2) Aprofundar o conhecimento da realidade humano-social do usuário;

Sua abordagem deve:

- 1) Estabelecer espaço para diálogo;
- 2) Criar condições para que o espaço exista;
- 3) Implicar troca de saberes”.

Citamos também o relato como principal instrumento utilizado pela equipe técnica, constituindo-se na organização e veiculação de informações a cerca de cada realidade, apresentando um diagnóstico, uma avaliação e um parecer técnico frente a cada caso.

Acentuamos que, na utilização dos instrumentos duas técnicas se fazem muito importantes a fim de garantir uma intervenção estruturada e profissional.

Para Sposati (apud klock, 1993, p. 60):

“Técnicas são práticas conscientes e refletidas em oposição a simples prática que se estabelecem espontaneamente e sem análise anterior”

A primeira é o esclarecimento no sentido de explicar ao usuário o trabalho do SOS Criança e seu objetivo. A técnica de esclarecimento:

“leva o cliente a uma compreensão exata do que está acontecendo, da situação e de sua atitude...o estabelecimento se processa através de informações ou explicações sobre a natureza do evento”. (Vieira apud Oliveira, 1993, p.54)

A segunda técnica utilizada é a de orientação.

Compreendendo a orientação enquanto:

“um processo educativo, porque visa ajudar a pessoa a ordenar, de maneira racional, os assuntos ligados a seu problema, clarificando seus conflitos, em face da realidade”.(Vieira apud Oliveira, 1993, p.55)

Aqui se busca refletir com o cliente, levando-o a pensar decidir mostrando-lhes as alternativas e os pontos positivos ou negativos das possíveis soluções, levando-o a decisões, garantindo direitos a criança que é o foco do atendimento.

2.3.2 Identificação do fenômeno

Um dos momentos mais importantes da intervenção é a identificação do fenômeno, a possibilidade de um erro nesta etapa poderá deixar sérias consequências para as vítimas, pois, a tentativa de institucionalização dessas crianças pode constituir em mais uma violência para elas, bem como a permanência no lar pode significar risco de vida.

A intervenção inicia com a averiguação da denúncia. A denúncia chega pelo telefone 08006431407, a atendente preenche o “Formulário de solicitação de atendimento” e encaminha ao educador, técnico este que realiza o primeiro atendimento indo até o local verificar se a denúncia procede, exceto no caso de denúncia de violência sexual. Quando a denúncia de violência física procede, ou seja, a criança possui lesões, o educador preenche a “Ficha de atendimento no local”, registra um Boletim de Ocorrência na Delegacia de Polícia mais próxima, leva a vítima para realizar o exame de corpo delito no IML e encaminha o caso a Assistente Social que dá abertura ao processo de intervenção. Assim, o profissional responsável pelo caso realiza visita domiciliar e abordagens com vizinhos, parentes e vítima para averiguar o teor denunciado, traçar um perfil da família e dimensionar os riscos a que a criança está ou não sendo submetida.

Em seguida o profissional de Serviço Social constrói um “relatório situacional”, pois cabe a ele o depoimento do caso.

O relatório situacional é composto de: identificação dos envolvidos no caso, denúncia, relato do atendimento e parecer social.

O objetivo do parecer social, é constatar se a violência física ocorreu, qual o grau de risco para a vítima e demais crianças presentes e, quais os procedimentos de intervenção social, jurídico e psicológico possíveis de serem aplicados na situação constatada, pois, este visa a efetivação da garantia de direitos, através de medidas jurídicas de contenção do agressor, medidas sociais de proteção à criança e psicoterapêuticas de enfrentamento do trauma familiar e individual.

Para que o Parecer Social seja preciso é necessário que sejam seguidos os seguintes passos: ficha de abertura e de acompanhamento, boletim de ocorrência e laudo do IML quando necessário e parecer psicológico.

Sendo, a criança, o foco atuação do Serviço Social no SOS criança, o alvo é a família como um todo, este considera que a criança só deva ser afastada de seu lar em quadros graves ou com risco de vida e que a família devidamente atendida, apoiada e orientada constitui o melhor ambiente para o crescimento e desenvolvimento da criança, o Assistente Social, por ser responsável pelo parecer social do caso, contribui para o resgate da sociabilidade entre vítima e agressor quando toma as medidas mais apropriadas para cada caso, procurando sempre ver a melhor maneira de quebrar o ciclo de violência nas famílias.

Para ilustrar, apresentaremos no item seguinte um relatório situacional confeccionado pela Assistente Social (Supervisora de estágio) do Projeto, para

visualizarmos como se dá o atendimento. Acrescentamos que para resguardar o nome da vítima atendida usaremos o nome fantasia Sol.

2.3.3 Atendimento a Sol

Relato do Atendimento

“Em 20/03/2001 recebemos denúncia informando que Sol havia sido agredida pelo pai com uma mangueira porque voltara da escola com três lápis de cor a menos; que o pai ameaçara de sumir com a criança e lhe agredia quando esta urinava na cama ou deixava de fazer algum serviço doméstico; além disso, o denunciante afirmou que a criança também era agredida pela madrasta.

Em 21/03/2001 a educadora foi ao local, esteve na escola de Sol onde ela acrescentou ainda que não sabia onde estava sua mãe, que sabia apenas que morava em Tangará e que havia mandado um urso e uma carta, mas a madrasta destruíra para que não visse, manifestou o desejo de conhecer a mãe.

Sol afirmou ainda que fora agredida fisicamente com uma mangueira por ter perdido na escola quatro lápis de cor e por não ter arrumado a casa, alegou que também apanhava quando urinava na cama e que o pai e a madrasta faziam uso de bebida alcoólica. Vale ressaltar que segundo a educadora, a criança estava bastante lesionada nos braços, pernas e costas. Foi registrada a ocorrência e feito exame no IML. A criança foi conduzida de volta a casa e a educadora solicitou que um Conselheiro lhe acompanhasse para que o pai assinasse um termo de responsabilidade, para evitar que Sol sofresse represálias.

Sol estava bastante apreensiva e assim que chegou em casa pegou a vassoura e começou a varrer a casa.

A educadora deixou uma solicitação para que o pai comparecesse no dia 29/03 ao SOS Criança para que começasse a ser acompanhado por uma Assistente Social. O pai não compareceu a hora marcada e logo pela manhã a diretora da escola de Sol, ligou-nos por estar muito preocupada com a criança. Alegou que Sol estava sendo ameaçada pelo pai e que depois do atendimento deste Programa a situação piorara, pois Sol estava extremamente acuada, faltara as aulas alguns dias e quando retornara, recusara-se a entrar na sala para assistir as aulas com raiva da professora. A diretora acreditava que o pai tivesse jogado a criança contra a escola pois Sol estava transformada, solicitou-nos intervenção imediata, pois afirmou que a criança costumava mudar seus depoimentos por causa das ameaças do pai e da madrasta.

Contatamos a tia paterna de Sol que afirmou que já não suportava mais a violência do irmão com relação a sobrinha. Segundo ela, seu irmão e a companheira eram viciados em álcool e agrediam constantemente Sol; que desde muito tempo o irmão agredia a criança; que certa vez, quando esta tinha oito anos num acesso de raiva ele a jogou no teto da casa por sentir-se contrariado; que seu irmão na época costumava passar pomada para que os hematomas sumissem dos braços e pernas da criança; que durante um tempo seu irmão até fora “um bom pai” isto na época em que separara-se de sua atual companheira, mas que ao reatar o relacionamento com ela tudo voltara a ser como antes, as agressões e o alcoolismo; que o motivo da separação do casal houvera sido o fato de sua companheira ter atirado fogo na casa onde moravam, sendo que ele e a filha tiveram que correr para a sua casa. Afirmou que na oportunidade deste acontecimento a polícia esteve no local mas não retiraram esta das proximidades da casa por ela estar completamente alcoolizada; que após a separação seu irmão conheceu uma nova companheira e que esta ao saber disto resolveu denunciá-lo neste Programa.

Consultando nossos registros constatamos que realmente o pai foi denunciado neste Programa em 16/02/2000, segundo o denunciante na época a madrasta havia ido embora e a criança ficara morando com o pai que vivia alcoolizado, não trabalhava e deixava a criança sem supervisão. Os técnicos deste Programa foram ao

local e conversaram com Sol que lhes contou que seu pai estava trabalhando de jardineiro, o que não foi confirmado por moradores do local; que a madrasta fora embora levando consigo seus filhos. Na época, em abordagem com a proprietária de um bar próximo, ela alegou que o pai de Sol só começara a beber sob influência de sua companheira, que havia deixado-a recentemente.

Em 21/02/2000 a tia paterna contatou o Programa e alegou que todo o conflito girava em torno da recente separação do casal, alegou que tinha certeza que a ex-companheira é que havia denunciado o irmão, confirmou o alcoolismo do irmão, mas afirmou que ele era extremamente protetivo com a filha.

Nos dias subsequentes Sol, o pai e a tia compareceram a este Programa segue relato da Assistente Social responsável pelo caso na época:

“Abordamos individualmente o pai de Sol, o mesmo relatou que brigou com a ex-companheira e que ela e seus filhos para se vingarem destruíram a casa. Acredita que a denúncia foi feita pela sua ex-companheira. Falou ainda, que a filha é tudo para ele, pois ele a cria desde um ano, quando a mãe a abandonou. Trabalha como jardineiro autônomo; que Sol fica com a tia e com uma vizinha quando ele vai trabalhar e algumas vezes vai ao trabalho com o pai.

Orientamos o denunciado quanto a suas responsabilidades e também sobre os problemas com o álcool (embora ele negue) explicamos sobre o A.A.(Alcoólicos Anônimos).

Em abordagem individual, Sol negou a denúncia contra o pai e a tia paterna disse que o problema do irmão era “arrumar mulheres e levar para casa” e que ela e seus familiares ajudarão o pai de Sol a reconstruir a casa e também continuarão ajudando na criação desta.

03/03/2000 contatamos com a tia paterna e fomos informados que esta tudo bem entre pai e criança.

29/03/2000 realizamos visita domiciliar, Sol estava na escola. O pai disse que estava tudo bem.

Abordamos vizinhos que relataram que o pai não bebeu mais.

Novamente orientamos o pai, o mesmo disse que pensou bem ficar com a filha, pois não suportariam viver longe um do outro, que sua irmã estava lhe ajudando.

18/04/2000 elaboramos comunicação ao Conselho Tutelar da Ilha”.

Atualmente a tia paterna afirma arrepender-se de ter omitido certos fatos e acontecimentos na época do atendimento, mas alegou que agora iria falar. Relatou que o irmão já tivera passagem na polícia por ter estuprado a mãe de Sol, que na época estava com 16 anos. Ainda segundo esta, a família da mãe de Sol obrigou-a a casar com seu irmão por conta disto. Quando Sol estava com oito meses, sua mãe fugiu de casa devido as constantes agressões e ameaças que vinha sofrendo por parte do pai de Sol.

A tia paterna continuou afirmando que seu irmão e a companheira estavam no ápice do alcoolismo, pois já bebiam inclusive álcool puro para satisfazer o vício; que em julho do ano passado ele pegou uma DST (Doença Sexualmente Transmissível) rara; que Sol havia ganho material escolar e o pai e a madrasta arrancavam as folhas para fazer cigarro; que a casa vivia em constante sujeira; que quando mandavam doces para Sol, eles é que consumiam.

Informou que ao saber do recente atendimento deste Programa o irmão afirmou: “Eu vou, mas não vai dar nada, eu gosto de ação”.

Fomos até a casa da família não havia ninguém em casa, fomos informados que Sol estava na escola, dirigi-mo-nos até lá. Conversamos com a professora de Sol que alegou que a situação piorara muito, afirmou que no dia anterior a madrasta havia estado na escola para tomar satisfações por causa da denúncia e chegou afirmando que Sol havia roubado dinheiro de sua carteira 100,00 R\$ (Cem reais). A professora parecia temerosa quando a sua segurança e questionou acerca do que deveria fazer caso a madrasta e o pai de Sol fossem a escola para agredi-los, orientamos a neste caso procurar a polícia.

Conversamos com Sol, ela parecia bastante acuada, afirmou que não queria voltar para casa; que o pai afirmara que iria entregá-la para “o juiz” que não queria mais ela; confirmou todas as agressões e a exploração nos afazeres domésticos, afirmou ter muito medo do pai; alegou que até onde sabia o pai havia lhe roubado de sua mãe.

Conversamos com o responsável pela escola e informamos que mediante todo quadro de opressão e ameaças a que estava sendo submetida Sol, a criança seria conduzida até a sede e esperaríamos a chegada do pai para decidir o que seria feito. Retornamos até a casa da criança deixamos solicitação para que o pai comparecesse a sede ainda no mesmo dia.

Repassamos o caso ao Conselho Tutelar – setor ilha e aguardamos o contato do pai. Por volta de 15:00 horas o tio paterno de Sol, ligou-nos dizendo que não havia manifestado-se com intuito de defender o irmão, pois conhecia bem suas limitações, porém preocupava-se com Sol e acreditava que se fosse para criança ser recambiada que fosse então morar com a tia paterna, pois era uma ótima pessoa e demonstrara há alguns anos atrás interesse pela guarda da criança. No final do dia o pai telefonou, informamos o que havia ocorrido e que esperávamos sua presença no Programa, pois tínhamos interesse de recambiar Sol para Tangará, para conhecer a mãe e ficar sob a responsabilidade da tia paterna. Ele pouco argumentou, não negou as agressões e fez mais perguntas do que deu-nos resposta, terminamos esclarecendo ao pai que talvez

fosse melhor Sol passar um tempo longe, enquanto ele tentava se curar do vício do álcool, informamos que assim que tivéssemos uma posição acerca do recambiamento da criança ele seria informado, esclarecemos que enquanto isso a criança ficaria abrigada na Casa de Passagem por medida de segurança.

Nos dias subseqüentes a madrastra conversou com uma educadora pelo telefone acerca do que poderia fazer para ter Sol de volta, esta esclareceu-lhe que nada pois não tinha direito legal sobre a criança mas que o pai poderia tentar reaver a guarda da filha, que caso fosse sua vontade deveria procurar o Conselho Tutelar, o que até a presente data e até onde sabemos ele não fez.

Contatamos o avô materno em Tangará lhe informamos acerca do ocorrido, ele afirmou que não teriam condições de vir buscá-la, mas que a esperavam “de coração aberto”, alegou porém, que temiam que o pai de Sol resolvesse se vingar, ficou de falar com a mãe da criança e pedir para que retornasse a ligação. Contatamos o Conselho Tutelar de Tangará no intuito de tentar encontrar a tia materna, lhe repassamos verbalmente o caso e ela ficou de investigar a situação. A Conselheira ligou-nos posteriormente e afirmou que estava na presença da mãe, da tia materna e da avó e que todas esperavam ansiosas a volta da criança, a avó materna comunicou-nos que a mãe não abandonara a filha mas fora impedida de vê-la pelo pai que sequer mandava notícias, afirmou que chorou três anos a perda da neta e que temia que o pai da criança fosse até Tangará para prejudicar a elas e seus familiares por causa de Sol, segundo ela, ele era um homem extremamente violento.

A Conselheira afirmou que não tinha sentido Sol ficar numa Casa de Passagem sendo que haviam vários familiares aguardando ansiosos sua volta.

Parecer Social

Mediante as circunstâncias anteriormente apresentadas entendemos que a criança deva ser recambiada com urgência para Tangará, ficando sob a responsabilidade

provisória de sua tia paterna, devendo a mãe manifestar seu desejo de guarda frente ao juiz competente da referida comarca. Ficou-nos claro que Sol não deve mais ficar sob a responsabilidade do pai tendo em vista as constantes agressões que vinha sofrendo e a situação de risco a que vinha sendo submetida tendo como responsáveis pessoas que passavam boa parte do dia alcoolizado e que eram extremamente agressivas.

Acreditamos que o desejo sincero de Sol de conhecer sua mãe deva ser respeitado, a criança tem esse direito independente das circunstâncias ou motivos que levaram a mãe a abandoná-la; acreditamos que a violência física a que foi submetida durante alguns anos deva ter deixado algumas seqüelas, por isso sugerimos um acompanhamento sistemático para ela e para a mãe, caso esta candidate-se a obter a guarda da filha automaticamente perdida quando a mais ou menos nove anos desapareceu de casa deixando-a com o pai”.

2.3.4 A relação assistente social x usuário: a habilidade do diálogo

O Parecer Social expedido pela assistente social compõe um dos pontos-chaves do atendimento.

Sendo assim, possui questões que cerquem a família e possibilitem a visualização de sua dinâmica: observando como a família se situa no plano sócio-político-econômico e, como se processam as relações familiares, verificando aspectos do relacionamento conjugal e com os filhos. Para isso, dependendo do caso, o Assistente Social analisa as seguintes questões:

- A ocorrência de casamentos anteriores e o porquê da separação.
- O uso do diálogo para discussões de problemas e um panorama de como é a relação do casal.
- Como é o relacionamento, conflitos, métodos anticoncepcionais, e como foi o planejamento da gestação.

- Como ocorre a divisão de tarefas e cuidado com as crianças.
- Se o casal tolera os pontos de vista diferentes e se a raiva de um para com o outro recai sobre os filhos.
- Se o papel exercido por outros colaterais intervém na dinâmica familiar.
- O modelo educacional vivenciado pelos pais na infância e o atual utilizado para com os filhos.
- Se os desejos e necessidades das crianças estão sendo respeitados.
- Se existem pessoas que podem dar apoio em situação de crise.
- As razões que levaram a prática de violência e suas consequências.
- Se os pais ou responsáveis conhecem os diferentes estágios do desenvolvimento infantil.

Os pontos destacados acima proporcionam, ao profissional, uma visão mais abrangente a respeito da família, auxiliando o profissional a traçar um parecer mais preciso da situação atendida.

Torna-se necessário destacar que no relatório deve constar o grau de risco para vítima permanecer na companhia da família. Para avaliação de tal risco o Assistente Social dá respostas aos seguintes questionamentos:

- A idade da criança? A criança muito pequena tem poucas chances de defesa e os ferimentos nem sempre são visíveis.
- Há ferimentos? Qual gravidade? O ferimento é compatível com a explicação dos pais?
- O agressor joga a culpa na vítima pela intervenção que a família está sofrendo?
- A criança é vista como uma identidade diferente do agressor e dos demais membros familiares?
- A violência é considerada pelo agressor como um método educativo?
- A vítima pode ser protegida pelo parceiro não agressor?

Antes de tomar qualquer medida de proteção, o Assistente Social, encaminha o caso ao Conselho Tutelar e procura junto a outros profissionais, restabelecer a comunicação do agressor com a vítima de uma forma mais eficaz e gratificante.

Na abordagem dos agentes agressores o Assistente Social encoraja-os a fornecerem as informações de fato, procurando mostrar que o interesse é de ajudar a criança e família como um todo, bem como, evita discriminá-los ou criminalizá-los.

Já na abordagem da vítima, o Assistente Social procura ganhar a confiança desta conversando a princípio sobre diversos assuntos, usa uma linguagem simples e clara, deixando claro o porquê da conversa e como poderá ajudá-la, demonstrar sempre muita atenção e compreensão, focando na emoção, percebendo sentimentos presentes durante a abordagem, lembrando sempre que a vítima não é culpada, ensinando que esta pode e deve dizer não a violência bem como deve contar a alguém e continuar contando até que alguém acredite e ajude-a.

O atendimento, na medida do possível, é de reflexão conjunta, discutindo, sobretudo, os procedimentos mais adequados para as situações consideradas mais complexas. Cada família apresenta um conjunto peculiar de fatores que levam à prática abusiva, exigindo uma resposta própria às necessidades apresentadas. Essa demanda cujas “matérias-primas” são o relacionamento e a interação humana, exige dos profissionais um exercício constante da sensibilidade e de domínio dos conhecimentos acerca do fenômeno.

2.4 O Papel do Serviço Social no Resgate de Sociabilidade entre Vítima e Agressor.

No contato e vivência diária com a população atendida, na reflexão crítica e criativa sobre realidades se abrem possibilidades de o Serviço Social não se restringir apenas a uma prática repetitiva, imediatista e dominadora, rompendo com os limites que lhe são impostos e descobrindo, junto à população à qual presta serviços, as formas de sua libertação.

O Serviço Social é, pois, um aprendizado prático sobre os problemas cotidianos, que não visa solução de problemas e, sim, implica no manejo do conflito, diferente de um conceito ajustador, paliativo, repressivo e paternalista. Tem, por certo, seus objetivos calcados nas “solicitações profissionais concretas existentes”.

É uma profissão que deve pretender influir sobre determinadas situações problemáticas, utilizando determinadas técnicas para produzir mudanças, tal como a de discussão reflexiva onde as pessoas não são preparadas, mas ajudadas a pensar sobre suas contradições. (Correia, 1975, pág. 117/119)

O manejo do conflito se caracteriza como o uso que o agressor faz do conhecimento das contradições, do qual se foi apossando, durante o processo e que o leva a um enfrentamento desse conflito, por um agir pensado e transformador.

A preocupação do Serviço Social no SOS Criança é descobrir as causas para avaliar as consequências, e assim, desenvolver um trabalho preventivo, com as crianças vítimas de violência doméstica.

Podemos dizer que o Serviço Social contribui para a proteção da criança vítima, quando toma a medida mais apropriada para cada caso, pois, a institucionalização pode se constituir em mais uma violência para criança e a

permanência no lar, risco de vida e para o resgate da sociabilidade entre vítima e agressor, pois, através do parecer social, dá uma chance para o agressor, tomando as medidas mais adequadas para este deixar de ter a violência como a sua única forma de obter significação na educação dos filhos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao elaborarmos este trabalho de conclusão de curso, conseguimos visualizar o contexto em que a violência doméstica contra crianças está inserida, bem como a contribuição do serviço social para o resgate da sociabilidade entre vítima e agressor de violência física doméstica contra crianças.

A violência doméstica contra crianças está ligada aos mais primitivos sentimentos do homem, começou a ser pesquisada de forma mais profunda a partir do século XX; assume três facetas principais, violência física (negligência), psicológica e sexual; três teorias a explicam, teorias psicodinâmicas, de aprendizagem social e sócio-psicológicas.

As teorias de aprendizagem social se mostram mais promissoras em termos de melhoria do problema, pois, resgatam a idéia de que o comportamento violento pode ser aprendido.

Analisamos os tipos de agressores, ferimentos e conseqüências da violência doméstica física e frente a esta realidade nos percebemos enquanto técnicos, integrantes de uma equipe interdisciplinar, despreparados psico-emocionalmente para enfrentar situações tão gritantes. Foi preciso trabalhar nossos tabus, rever conceitos, superar preconceitos.

Conhecemos os índices de reincidência no SOS Criança, a atuação do Serviço Social no SOS Criança, as conquistas em prol da infância – Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA, e acreditamos não só no resgate da sociabilidade entre vítima e agressor, quebra do ciclo da violência familiar, mas também na primordial contribuição do Serviço Social para isso.

O profissional de Serviço Social adotando uma intervenção crítico-dialógica, trabalhando categorias como diálogo, política social e totalidade e utilizando instrumentos como visita domiciliar, entrevista e relato, e técnicas de esclarecimento e orientação, exerce um papel primordial no resgate da sociabilidade entre vítima e agressor. Pois, é o responsável pelo parecer social, diagnóstico que a primeiro momento, decide o futuro dos casos de violência doméstica contra crianças, podendo decidir pela institucionalização, que pode constituir em mais uma violência para a vítima já que não vê possibilidades de sociabilidade entre vítima e agressor ou pela permanência do agressor no lar, que pode constituir-se em risco de vida para a vítima ou diminuição do índice de reincidência no Projeto SOS Criança.

BIBLIOGRAFIA

AZEVEDO, Maria Amélia; GUERRA, Viviane Nogueira de Azevedo. Vitimização: questões conceituais. In: Azevedo, Maria A.; Guerra, V. N. de A. (org). **Crianças Vitimizadas: a síndrome do pequeno poder**. São Paulo: Iglu, 1989.

_____. **A violência doméstica na infância e na adolescência**. São Paulo: Robe Editorial, 1995.

BRASIL, Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Centro Gráfico do Senado Federal, 1988.

_____. Lei nº 8.069 (1990). **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Florianópolis: Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente.

CAMINI, Marisete. **Os maus tratos vivenciados pelos meninos atendidos na Promenor**. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 1993. (Trabalho de Conclusão de Curso)

CENTRO CRESCER SEM VIOLÊNCIA. Apostila do Curso de Capacitação para Conselhos Tutelares e de Direitos de Santa Catarina. **Violência doméstica contra crianças e adolescentes**. Florianópolis: IOESC, 1999.

CORREIA, Maria Alice. **O assistente social e o manejo do conflito**. Rio de Janeiro: 1976, 182 p.

COSTA, Antonio Carlos Gomes da. **Por uma pedagogia da presença**. CBIA. Brasília, 1991.

FAMÍLIA BRASILEIRA: a base de tudo. Brasília: UNICEF: Cortez, 1994, 183 p.

GUERRA, Viviane N. Azevedo. **Violência de pais contra filhos: procuram-se vítimas**. 2 ed. São Paulo: Cortez, 1985.

_____. **Repensando a violência de pais contra filhos**. Revista Serviço Social & Sociedade. São Paulo: Cortez, nº 22, 1986.

_____. **Violência de pais contra filhos: a tragédia revisitada**. São Paulo: Cortez, 1998.

KLOCK, Lícia Angélica. **O resgate do atendimento a criança e adolescentes de rua e a intervenção do serviço social na Prefeitura Municipal de Florianópolis**. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 1993. (Trabalho de Conclusão de Curso)

MARTINS, Alexandra. **Resgatar sorrisos: o desafio de profissionais frente à violência física doméstica familiar**. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 1991. (Trabalho de Conclusão de Curso)

MIOTTO, Regina Célia Tamaso. **Família e Serviço Social**. In Revista Serviço Social & Sociedade. São Paulo: Cortez, 1997, ano XV, nov., nº 55.

_____. **Perícia social: proposta de um percurso operativo**. Revista Serviço Social & Sociedade. São Paulo: Cortez, nº 67, ?

- OLIVEIRA, Adriana Lucinda. **O serviço social e o cotidiano das crianças e adolescentes de rua:** uma proposta de educação social. . Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 1993. (Trabalho de Conclusão de Curso)
- PEREIRA, José. **Violência:** uma análise do “Homo brutalis”. São Paulo: Alfa-omega, 1975.
- PEREIRA, Teodora Aparecida. O maltrato na infância e adolescência: analisado pelo *serviço social no SOS/Criança de Florianópolis*. Universidade Federal de Santa Catarina: 1993 (Trabalho de Conclusão de Curso)
- ROQUE, Eliane Delamar. **Amor materno:** do mito à conquista. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 1999. (Trabalho de Conclusão de Curso)
- STEINER, Maria Helena Figueiredo. **Quando a criança não tem vez:** violência e desamor. São Paulo: Pioneira, 1986, 133 p.
- ZGURY, Tânia. **Limites sem trauma:** construindo cidadão. Rio de Janeiro: Record, 2000, 174 p.
- SALEM, Tânia. **O velho e o novo:** um estudo de papéis e conflitos familiares. Petrópolis, Vozes, 1980, 240 p.

ANEXOS

SOLICITAÇÃO DE ATENDIMENTO DE DENÚNCIA

NÚMERO

DATA:	Através de:	Área de violência		Reincidência
	() Telefone	() 01	() 04	() Sim
	() Sede do SOS	() 02	() 05	() Não
HORÁRIO:	() Em atendim.	() 03	() 06	TOMBO:

IDENTIFICAÇÃO DAS VÍTIMAS

NOME: _____

IDADE: _____ CÔR: _____

ENDEREÇO: _____

REFERÊNCIA: _____

ONDE ESTUDA: _____

RESPONSÁVEIS: _____

OBS.: _____

IDENTIFICAÇÃO DO AGRESSOR

NOME: _____

APELIDO: _____ VÍNCULO: _____ COR: _____

ENDEREÇO: _____

OBS.: _____

ATENDIMENTO

Data: ____/____/____.

Visto: _____
Responsável Atendimento

CASO ENCERRADO

Data: ____/____/____.

Visto: _____
Responsável Atendimento

EQUIPE SUPRVISÃO

Data: ____/____/____.

Visto: _____
Responsável Atendimento

Nº **SOLICITAÇÃO DE ATENDIMENTO - SERVIÇOS PRESTADOS**

ATRAVÉS DE: () TELEFONE () SEDE/SOS () EM ATEND.	ÁREA:	CÓDIGO:	SOLICITANTE:	DATA _____ HORÁRIO _____ CÓDIGO	REINCIDENTE () SIM () NÃO
--	-------	---------	--------------	---	---

IDENTIFICAÇÃO DA CRIANÇA / ADOLESCENTE

NOME: _____

DATA DE NASCIMENTO: _____ IDADE: _____ COR: _____

ENDEREÇO: _____

REFERÊNCIAS: _____

FILIAÇÃO: _____

RESPONSÁVEL (EIS) _____

GRAU DE INSTRUÇÃO: _____ ONDE ESTUDA: _____

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES: _____

RELATO: _____

TÉCNICO RESPONSÁVEL: _____ (CARIMBO E ASSINATURA)

ATENDIMENTO DATA _____ / _____ / _____ VISTO: _____	CASO ENCERRADO DATA _____ / _____ / _____ VISTO: _____	EQUIPE DE SUPERVISÃO DATA _____ / _____ / _____ VISTO: _____
--	---	---

FICHA DE ATENDIMENTO Nº

Reincidência: () SIM - () NÃO

[illegible]

O1. IDENTIFICAÇÃO CRIANÇA / ADOLESCENTE

NOME: _____ DATA NASC.: ____/____/____

ENDEREÇO: _____

FILIAÇÃO: _____

E _____

RESPONSÁVEL: _____

REGISTRO DE NASCIMENTO / NATURALIDADE: _____

NOME DA ESCOLA: _____

ENDEREÇO: _____

RENDA FAMILIAR: SAL. MÍNIMO() ATÉ 01 () 01 À 02 () 02 À 04 () MAIS DE 05 ()

NOME	PAREN	ESTADO CIVIL	COR	SEXO	ATIVIDADE PROFISSIONAL	ESCOLARIDADE	IDADE

CODIFICAÇÃO

- A) Grau de parentesco: 01 próprio / 02 pai / 03 mãe / 04 irmãos / 05 avós / 06 outros
- B) Estado Civil / 01 solteiro / 02 casado / 03 separado / 04 amasiado / 05 outros
- C) Cor: 01 branca / 02 negra / 03 amarela / 04 parda / 05 outros
- D) sexo : 01 masculino / 02 feminino



PREFEITURA DA CIDADE DE FLORIANÓPOLIS
SECRETARIA DA SAÚDE E DESENVOLVIMENTO SOCIAL
DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL
PROGRAMA S.O.S. CRIANÇA

SOLICITAÇÃO DE COMPARECIMENTO

Ilmo (a) Senhor (a) _____

Solicitamos:

() Seu comparecimento no SOS CRIANÇA no dia ____ / ____ / ____, às ____ horas

() Contato com SOS CRIANÇA através do TELEFONE 1407, no dia ____ / ____ / ____,
às ____ horas .

PLANTÃO DO SOS CRIANÇA: 8:00 às 20:00 horas, todos os dias, inclusive sábados,
domingos e feriados.

ENDEREÇO:

Rua Rui Barbosa, 677 - Bairro Agrônômica - Próximo entrada do Hospital Infantil

Florianópolis, ____ de ____ de 200 ____.

Técnico Responsável

Obs.:

PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS
DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL
DIVISÃO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE
PROGRAMA S.O.S. CRIANÇA

MEMORANDO

De: SOS Criança

Para: _____

Data ____ / ____ / ____.

Técnico: _____

LISTAGEM DOS ITENS DENÚNCIA

Área 01 – VIOLÊNCIA PSICOLÓGICA

- 01 – Ameaça de abandono/de violências/outras
- 02 – Agressão verbal
- 03 – Ameaça de morte – familiar
- 04 – Ameaça de morte – terceiros
- 05 – Conflitos familiares
- 06 – Rejeição
- 07 – Expulsão de casa
- 08 – Cárcere privado
- 09 – Presenciar violências na família
- 10 – Presenciar violências de terceiros
- 11 – Presenciar violências da família e terceiros
- 12 – Discriminação étnica, física, de gênero e outras, familiar
- 13 – Discriminação étnica, física, de gênero e outras, por terceiros
- 14 – Devolução da criança/adolesc., a partir de responsabilidade ou por afinidade
- 15 – Humilhação pública ou privada, familiar
- 16 – Humilhação pública ou privada, terceiros
- 17 – Criar falsa expectativa à criança e ao adolescente
- 18 – Convivência com dependentes de droga/álcool
- 19 – Tortura psicológica
- 20 – Privação de contato social
- 21 – Exposição indevida da criança
- 22 – Outros

Área 02 – NEGLIGÊNCIA

- 01 – Abandono
- 02 – Exploração econômica – familiar
- 03 – Exploração econômica – terceiros
- 04 – Criança/adolescente esmolando
- 05 – Fuga do lar
- 06 – Fuga da Instituição
- 07 – Permanência em lugares impróprios
- 08 – Ausência de cuidados essenciais: saúde, educação, vestuários, outros.
- 09 – Situação precária de higiene
- 10 – Atendimento inadequado de serviço de saúde
- 11 – Desabrigo criança/adolescente
- 12 – Não pagamento de pensão alimentícia
- 13 – Não efetivação de registro de nascimento
- 14 – Exposição à perigo
- 15 – Exposição ou abandono de recém-nascido
- 16 – Deixar a criança aos cuidados de pessoa não adequada
- 17 – Ausência de cuidados essenciais ao feto, no período gestacional
- 18 – Não providenciar urgência médica
- 19 – Criança sem supervisão
- 20 – Exploração dos trabalhos domésticos
- 21 – Outros

Área 03 – VIOLÊNCIA SOCIAL

- 01 – Carência sócio-econômica
- 02 – Desabrigo familiar
- 03 – Situação inadequada de moradia
- 04 – Outros

Área 04 – VIOLÊNCIA SEXUAL

- 01 – Atos libidinosos por familiar
- 02 – Atos libidinosos por terceiros
- 03 – Atos obscenos por familiar
- 04 – Atos obscenos por terceiros
- 05 – Atentado violento ao pudor, por familiar
- 06 – Ato violento ao pudor, por terceiros
- 07 – Estupro por familiar
- 08 – Estupro por terceiros
- 09 – Favorecimento ou indução à prostituição, por familiar
- 10 – Favorecimento ou indução à prostituição, por terceiros
- 11 – Assédio sexual por familiar
- 12 – Assédio sexual por terceiros
- 13 – Outros

Área 05 – VIOLÊNCIA FÍSICA

- 01 – Agressão física familiar com lesão
- 02 – Agressão física familiar sem lesão
- 03 – Agressão física terceiros com lesão
- 04 – Agressão física terceiros sem lesão
- 05 – Agressão física institucional com lesão
- 06 – Agressão física institucional sem lesão
- 07 – Cárcere privado familiar
- 08 – Cárcere privado terceiros
- 09 – Cárcere privado institucional
- 10 – Cárcere familiar
- 11 – Cárcere terceiros

- 12 – Cárcere institucional
- 13 – Queimadura por familiar
- 14 – Queimadura por terceiros
- 15 – Tortura por familiar
- 16 – Tortura por terceiros
- 17 – Síndrome de Munchäusen
- 18 – Exploração dos trabalhos domésticos/agro-rurais
- 19 – Outros

Área 06 – OUTROS

- 01 – Questões jurídicas
- 02 – Uso álcool/drogas da criança/adolescente
- 03 – Comprometimento mental de pais ou responsáveis
- 04 – Conflitos comuns à adolescência
- 05 – Criança/adolescente perdidos
- 06 – Denúncia não comprovada
- 07 – Provenientes de outras comarcas
- 08 – Separação de genitores
- 09 – Tratamento de saúde da criança/adolescente
- 10 Tratamento de saúde de pais e responsáveis
- 11 – Urgência médica/odontológica
- 12 – Outros.